

**Reunião ordinária – Ata n.º 35/2016****Data** 2016-12-19**Início** 14.35 horas**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo:** 16.39 horas**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Sara Catarina Marques Costa
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

O Sr. Vereador João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro entrou no decorrer do período de antes da ordem do dia.

**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:**

**BALANCETE**

**PROPOSTAS:**

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:**

**N.º 01 – REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL - PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS (49/PPRC/PR/2016)**

**N.º 02 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR (27/PPSR/PR/2016)**

**N.º 03 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR (28/PPSR/PR/2016)**

**PROPOSTAS DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:**

**N.º 04 – CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO MUNICIPAL (ANTERIORMENTE DESIGNADO POR ESCOLA DE ENSINO BÁSICO DO CARRIL) A ESPAÇO 0 – ARTES COMUNICANTES ASSOCIAÇÃO DE CULTURA (7/PGEN/VHC/2016)**



**N.º 05 – CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO MUNICIPAL (ANTERIORMENTE DESIGNADO POR ESCOLA DE ENSINO BÁSICO DAS CABEÇAS) À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ACADÉMICA DE CABEÇAS (6/PGEN/VHC/2016) -----**

**N.º 06 – CEDÊNCIA DA CAVE DO PRÉDIO SITO NA RUA GARCIA DA MATA, LOTE 22, À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL TEMPLÁRIOS DE TOMAR (5/PGEN/VHC/2016) -----**

**N.º 07 – NORMAS DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO (2/PPRC/VHC/2016) -----**

**INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:-----**

**N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016 (48/PPRC/PR/2016) -----**

**EQUIPA DE PROJETO TOMARHABITA:-----**

**N.º 09 – ECOVIA DE LIGAÇÃO ARRASCADA-PEDREIRA – PROJETO DE EXECUÇÃO (7981/ENTE/DAJA/2016 - 4/ESPUEX/EPTH/2015) -----**

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**

**N.º 10 – AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE BETÃO BETUMINOSO A FRIO – Revisão de preços (391/AQBS/DOM/2016 - 169/CONPUB/DOM/2014) -----**

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**

**N.º 11 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (193/PEDI/DGT/2016 - 507/DIVER/DGT/2016)-----**

**N.º 12 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade – Proc.º 150/2002 (88/RJUE/DGT/2016 - 474/EDIF/DGT/2016) -----**

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**

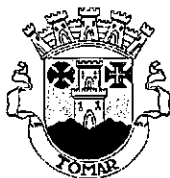
**N.º 13 - APOIO DOS BOMBEIROS A EVENTO DESPORTIVO – Sociedade Filarmónica Gualdim Pais (7974/ENTE/DAJA/2016) -----**

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**

**N.º 14 – PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO LIVRO "TEXTOS LAMPANTES" (123/PGEN/DTC/2016 - 3/DIVER/DTC/2015) -----**

**N.º 15 – PREÇO DO BILHETE DE INGRESSO NO ESPETÁCULO FILHO DA TRETA, DE JOSÉ PEDRO GOMES (8045/ENTE/DAJA/2016 - 3/ATIVEV/DTC/2016) -----**

**N.º 16 – PREÇO DO BILHETE DE INGRESSO NO ESPETÁCULO DO GRUPO ALMA DE COIMBRA (8023/ENTE/DAJA/2016 - 7/ESPEQ/DTC/2014)-----**

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----**

**N.º 17 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO NO ANO LETIVO 2016/2017 NO ÂMBITO DE PROJETOS MUNICIPAIS DIRIGIDOS AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO E À UNIVERSIDADE SÉNIOR (24/ESPP/UISE/2016 - 2/ATIVID/UISE/2016) -----**

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----**

**N.º 18 - UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS MUNICIPAIS PARA TREINOS DE ATLETA EM REGIME DE ALTO RENDIMENTO (7830/ENTE/DAJA/2016 - 4/CEDESP/UDJ/2014) -----**

**N.º 19 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – jogos oficiais de hóquei em patins (154/PGEN/UDJ/2016 - 1/CEDESP/UDJ/2014) -----**

**N.º 20 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM 2017 (7/PPRC/UDJ/2016) -----**

**EXPEDIENTE:-----**

**N.º 21 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO (8049/ENTE/DAJA/2016 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----**

**Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----**

**A Sra. Presidente** deu conhecimento que, na passada quinta-feira, teve lugar a reunião com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, a quem foi entregue um dossier sobre a poluição no rio Nabão, contendo com um conjunto de informações preparadas pelos SMAS e cópia das comunicações eletrónicas trocadas com a Ourém Ambiente, com quem está previsto reunir em janeiro; sendo certo que a poluição do rio não tem como causa exclusiva a ETAR de Seiça, ficou acordado que, posteriormente, seria dado reporte do que ficar decidido nessa reunião. Informou que vai ser reforçado o pedido de intervenção da EDP em candeeiros sem iluminação nalguns pontos da cidade, nomeadamente na avenida Nuno Álvares Pereira, na rua Torres Pinheiro e no parque de estacionamento de Santa Iria, tendo em conta que a situação se arrasta há alguns meses. Deu conhecimento que, no âmbito da geminação com Vincennes, recentemente reforçada, Tomar recebe, durante uma semana, um grupo de estudantes daquela cidade francesa, acompanhados por um vereador, e que os mesmos são recebidos hoje, pelas dezassete horas, nos Paços do Concelho. Comunicou que, se a reunião não estiver



terminada a essa hora será interrompida para o efeito; convidou os Srs. Vereadores a estarem presentes. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** iniciou a sua intervenção desejando boas festas e um feliz Natal a todos os presentes. De seguida, referiu que continuam a ter o problema do momento da ligação da iluminação pública, que é tanto mais grave quando algumas passadeiras não têm iluminação por perto o que, quando chove, é um autêntico perigo para quem as atravessa e para quem conduz. -----

**Nesta altura, passou a participar da reunião o Sr. Vereador João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro.** -----

Continuando, o **Sr. Vereador Pedro Marques** reportou que, recentemente, só deu por uma pessoa mesmo em cima de uma passadeira, tendo-lhe valido o fato de ir devagar; a passadeira não tinha luz, chovia e não se apercebeu da situação. Alertou, mais uma vez, para a situação porque é uma questão de segurança, sugerindo que, se a EDP tiver que mexer nas infraestruturas, aproxime ou direcione alguma iluminação para a zona das passadeiras, porque era fundamental que o fizesse, mais a mais porque algumas têm árvores perto que impedem que sejam melhor iluminadas. No que se refere à saúde e ao Hospital, disse que percebe que os meios são o que são, mas não percebe é que haja sempre dinheiro para as situações financeiras que vamos atravessando com os problemas que as instituições financeiras têm trazido, e não haja dinheiro para a saúde; não se percebe e, constantemente, o que se lhes depara é que "a culpa morre sempre solteira" e são os contribuintes que pagam; há dinheiro para isso, mas não há para melhorar a situação da saúde. Referiu que, qualquer dia, alguém há—de responsabilizar alguém (não sabe bem quem) por este corredor de trinta quilómetros para Abrantes; as pessoas podiam ser logo atendidas em Tomar e só o são passadas largas horas, fazem o corredor e são novamente atendidas em Abrantes, para serem devidamente tratadas quando, muitas vezes, o diagnóstico já vai daqui; muitas, se calhar, ficam pelo caminho, ou tendem a ficar pelo caminho; alguns, muitas vezes, nem os familiares que são médicos no centro hospitalar, conseguem resolver o problema e, muitas vezes, veem os seus familiares morrerem. Alerta para esta situação para que quem tem que tomar decisões tenha consciência que, com esse corredor, muitas vezes com duplicação de diagnóstico, às vezes passam horas e, neste tempo em que os problemas respiratórios são de tal modo graves, é de repensar e de perceber que se põem vidas em causa. Relativamente ao estacionamento, quer deixar a mensagem que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deve responder sempre de acordo com a lei e com o regimento, mas também com as deliberações da Assembleia



Municipal e o interesse dos cidadãos; havendo uma deliberação tomada por aquele órgão, há mais de um mês, para que se constitua uma comissão, o Sr. Presidente ainda não a constituiu, não chamou os líderes dos grupos municipais e acha que é um poder discricionário dele convocar quando entender, mas é bom que, publicamente, se saiba que, neste momento, todo este atraso na solução de algo, que foi unânime na Assembleia Municipal, é da responsabilidade do Sr. Presidente da Assembleia. Entende que ele deve dar uma resposta eficaz à Assembleia Municipal, e não seja a quem for, porque até se dá a entender que se anda a protelar uma situação que foi tão negativa; as bolsas de estacionamento estão desertas, há pessoas que, até ao fim-de-semana, lá põem carros e as multas que têm acontecido são receita para o Estado, não para o Município; ao fim-de-semana, podem estacionar na Alameda e na avenida Cândido Madureira, mas na rua dos Arcos não podem estacionar porque é uma bolsa para residentes (em dias de semana, entre as dezanove horas de um dia e as nove do outro são espaços reservados para os mesmos, assim como ao fim-de-semana, entre as treze horas de sábado e as nove horas de segunda); é algo que deve ser resolvido, houve esse consenso e não podem estar pendentes da disponibilidade ou da boa vontade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal pois, neste caso, tem que responder perante uma deliberação do órgão; é bom que isto fique publicamente dito porque é algo inaceitável; é de exigir que um presidente da Assembleia Municipal tenha outro comportamento e seja efetivamente independente seja de quem for, e do próprio partido, e da gestão da Câmara, se for caso disso, se tiver entendimento diferente. Referiu que a Assembleia Municipal podia ter dado resposta em tempo; se tem convocado os líderes, já tinham reunido, tomado decisões e, se calhar, brevemente, teriam uma solução para um problema que se arrasta e que prejudica os cidadãos das zonas tarifadas e todo e qualquer cidadão da cidade que queira estacionar naquelas zonas e nem a pagar o pode fazer. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** começou por se referir à tolerância de ponto que a Sra. Presidente, no âmbito da sua competência própria, decidindo dentro da arbitrariedade que a lei lhe dá, resolveu dar aos trabalhadores no dia vinte e três de dezembro. Referiu que, se calhar, foi precipitado não ter esperado pela decisão do Governo porque, diz a regra que, se calhar, a maioria das câmaras esperaram por essa decisão para poder haver alguma harmonia entre os funcionários dos diferentes níveis da administração que trabalham nos respetivos concelhos. Referiu que, quando se faz alguma alteração na orgânica de uma estrutura é, obviamente, com o objetivo que haja alguma melhoria, sendo certo que, no que se refere à limpeza urbana, como os Vereadores do PSD já aqui alertaram, e reiteram, parece-lhes que, com a passagem



da respetiva gestão para os SMAS, não houve nenhuma melhoria, até pelo contrário. Realçou que já tinham dito que, principalmente no verão, era incrível como, nas traseiras dos Paços do Concelho, a questão do lixo era algo insuportável; em pleno fim-de-semana, os contentores transbordavam, era uma lixeira a céu aberto, e não havia um plano de contingência bem feito para a recolha do lixo. Disse que, hoje em dia, basta dar uma volta pela cidade para verificar que a maior parte das papeleiras estão danificadas, queimadas e sujas, e não são substituídas, situação para que alertam, pois, à partida, dá logo uma imagem má ao concelho. Referiu que há dezenas e dezenas de suportes de papeleira sem caixa; antigamente, isso via-se durante uma semana, ou nem tanto, e eram substituídas; hoje em dia, permanecem assim durante algum tempo, dando uma imagem de desleixo. Salientou que também não existem papeleiras nas localidades rurais, o que começa a dar uma ideia de um concelho cada vez mais sujo, pelo que deixam o alerta no sentido de haver um maior cuidado relativamente a esta questão. Sublinhou que, quanto aos contentores, também se passa a mesma coisa; a maior parte estão velhos, danificados, completamente usados e sujos, para além de que cheiram mal; antigamente, os sacos eram gratuitos e eram utilizados pelas pessoas para colocar o lixo; a partir do momento em que foi implementado o imposto sobre os sacos plásticos, os sacos custam entre oito e dez cêntimos e verifica-se que as pessoas se retraem a comprar sacos do lixo e despejam os resíduos em bruto do balde para o contentor; passam nas ruas e cheira mal, os caixotes não são lavados e não são substituídos. Referiu que, à semelhança do que fizeram outros municípios, a autarquia poderia fazer uma campanha junto das famílias e oferecer os sacos para o lixo; seria interessante até por uma questão de política ambiental, facilitaria o acondicionamento do lixo e protegia o ambiente; ou, então, tem que começar a fazer os percursos com maior rotatividade do que está a acontecer. Antevendo o que lhe poderia ser dito, disse que é verdade que os camiões estão velhos, e já eram velhos quando chegaram, mas também é certo que já lá vão três anos e era altura de se ter encontrado uma solução, nem que fosse a possibilidade de candidatura a fundos comunitários para renovar a nossa frota de camiões do lixo; até agora, não viram nenhuma modificação nem nenhum aumento de percursos de recolha do lixo para combater a situação que existe. No que se refere à reciclagem, realçou que, em conjunto com a Resitejo, era necessário aumentar os ecopontos na cidade, e no concelho, porque os que existem estão velhos e existe uma necessidade premente e urgente de substituir os que estão danificados e de introduzir novos ecopontos de recolha de produtos recicláveis. Desejou feliz Natal aos presentes e pediu desculpa pelo atraso que se deveu a alguma dificuldade em poder estacionar; antigamente



tinham o benefício de poder estacionar no parque; hoje, há vereadores de primeira e vereadores de segunda sendo que estes têm que se deslocar para muito longe para estacionar as suas viaturas. -----

**A Sra. Presidente** recordou que foi um deputado municipal do PSD que alertou para a questão do estacionamento no parque. No que se refere à tolerância de ponto, disse que preza muito a autonomia do poder local e que, independentemente das datas do Governo decidiram dar também os dias vinte e três e trinta, sendo certo que o dia vinte seis também vai ser dado. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** disse que a questão dos serviços de limpeza urbana e de resíduos sólidos nas freguesias é um assunto recorrente, de que o Sr. Vereador João Tenreiro já aqui falou mais do que uma vez; de resto, não é uma coisa que surpreenda seja quem for porque qualquer pessoa que tenha olhos na cara vê como é que a limpeza da cidade e do concelho estava, e como está; não é preciso grandes análises para chegar à conclusão que as coisas estão longe de estarem bem, mas têm que perceber que só podem remediar as coisas; tal como na medicina, primeiro têm que fazer o diagnóstico e só depois podem atacar as maleitas; em termos de diagnóstico, é claro que, ao longo de muitos anos, o executivo procurou criar as condições indispensáveis a concessionar ou a privatizar esses serviços; nessa linha, ao longo de anos e anos, não se adquiriram equipamentos e não foi substituído o pessoal para estas áreas, para que, naturalmente, quando a decisão política final surgisse, de privatizar ou concessionar os serviços, ninguém dissesse nada (as coisas estariam tão de rastos que tudo aquilo que viesse certamente não era pior do que estava); dois mil e dezasseis foi o ano em que se inverteu um pouco essa política; é evidente que é uma área onde não é fácil obter resultados de um momento para o outro porque foram anos e anos de políticas e culturas de trabalho que foram implementadas, e enraizadas; no entanto, este ano, foi admitido pessoal operário para a Câmara e para os SMAS; de resto, este é um problema que se coloca a nível dos serviços públicos municipais, na limpeza como, por exemplo, nos cemitérios (tinham, e têm, dois cemitérios e quatro funcionários para trabalhar, um dos quais gravemente doente, sempre na eminência de o serviço poder ficar interrompido e não haver operários para fazer os funerais; felizmente, em dois mil e dezasseis, a Câmara alterou essa situação e procedeu à admissão de dois novos coveiros, sendo que, hoje, já há condições humanas para responder com qualidade às necessidades; também nos serviços de higiene e limpeza estão a fazer esse caminho, já admitiram cinco operários para os serviços de águas e limpeza urbana e decorre concurso para admissão de mais onze, para além de que foram



adquiridos equipamentos novos (uma varredoura, um aspirador elétrico, uma monda térmica e um trator para o corte de relvas) e recuperado um conjunto largo de equipamentos. Referiu que é fácil falar dos contentores, mas conseguiram recuperar o carro, com custos superiores a vinte cinco mil euros, para começar a trabalhar e já garante uma passagem pelos cerca de três mil e quinhentos contentores, de três em três meses; ainda não conseguem cumprir integralmente com aquilo que é recomendado pelas normas (de dois em dois meses), mas já conseguem assegurar o serviço, fruto do investimento que foi feito na recuperação da viatura. Referiu que a monda térmica que acabaram de adquirir, e já está ao serviço, não serve só para a deservagem; também serve para lavar contentores e papeleiras; com a chegada dos onze novos operários estarão, então sim, criadas condições para se começar a implementar isto com normas, com trabalho, com disciplina e com rigor, alterando muitas coisas que estavam a ser feitas, mas com condições humanas e de equipamentos. Referiu que, em dois anos, os serviços de limpeza não tinham nenhuma grua e vinham trabalhando apenas com a grua do DOM; veio esta semana das oficinas uma viatura grua que foi recuperada; está a ser analisada a possibilidade de adquirir um carro para limpeza de fossas, que é necessário; é indispensável, e está previsto em orçamento, adquirir um carro para recolha de resíduos sólidos, dado que dois estão praticamente sempre parados e os serviços entendem que devem ser abatidos, e dos três que restam, um está sempre avariado, por um ou outro motivo, dada a carga de trabalho que têm e a sua insuficiência (fazem cinco circuitos mas o indicado seriam seis, para o que é necessário ter carros e pessoal). Salientou que com essas lacunas que, se calhar duramente duas décadas, foram acumuladas, a maior parte destes carros têm mais de quinze anos e não era possível, em meia dúzia de meses, as coisas serem alteradas; estão atentos, sabem que a situação não é boa e que é preciso muito trabalho e uma grande volta para pôr a cidade e o concelho limpos, mas estão a criar as condições para isso e estão convencidos que o caminho, neste momento, está correto e que estão a começar a ficar reunidas as condições para terem sucesso também nesta tarefa. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** disse que vamos entrar no último ano deste mandato e, depois de ouvir o Sr. Vereador Bruno Graça, tem que lhe perguntar o que é que estiveram aqui a fazer durante este tempo todo, se ao fim de três anos é que estão reunidas as condições para começar, e, depois, se calhar, no final do mandato, em campanha eleitoral, vão dizer que estiveram quatro anos, mas ainda têm mais porque não houve condições. Referiu que se lembra quando o Sr. Eng.º Bruno Graça estava na Assembleia Municipal, eleito pela CDU, o que é que dizia e o que é que se propunha fazer, também se lembra do que é que se propôs





no primeiro ano deste mandato; quando agora diz, em plena reunião de Câmara, que qualquer pessoa com olhos na cara vê como está este concelho em termos de limpeza, pede desculpa mas tem que dizer que, tendo este pelouro, já devia ter visto isso há muito tempo, mas só agora é que o diz; quando vão para o último ano de mandato, é que tem o descaramento de o dizer, a interpelação de dois vereadores do PSD sobre uma solução para o problema, que é o que lhes compete, nas reuniões em que participam. Referiu que sabem muito bem que o anterior Executivo, onde o PS esteve dois anos coligado – também é preciso não se esquecerem que, nos dezasseis anos, o PS tem dois anos de suposta culpa, porque esteve coligado – se calhar, tinha uma perspetiva diferente; até podem discordar da perspetiva política de mais outsourcing, de contratação de privados para um determinado tipo de serviços, mas era uma opção (se era correta ou não, poderão avaliar); agora, há tanto tempo que os Vereadores do PSD alertam para isto, como Sr. Vereador Bruno Graça disse, e é agora, que vão para o último ano de mandato, que começam a estar reunidas as condições. Perguntou se também é agora que começam a estar reunidas as condições para ter as hortas sociais e se será com água da rede com água do rio; se é com água do rio, ao fim de tanto tempo, tem que perguntar se leva tanto tempo por um motor a puxar água do rio. Referiu que começam a levantar-se-lhes dúvidas de que são políticas eleitoralistas, de deixar para o último ano de mandato para dar a imagem que ... perguntou como é que está a ser feita a recolha das fezes dos caninos e há quanto tempo é feita a manutenção, se sabe responder como está a situação ... se calhar, não é feita. Referiu que ainda bem se está previsto alguma coisa para melhorar, mas, daquilo que o Sr. Vereador diz, essa política parece que falhou, e, nessa perspetiva, estar tanto tempo à espera parece-lhe muito tempo; é claramente eleitoralista, para deixar para o fim para, depois, lá vir a CDU, com a bandeira, dizer que foi a CDU que conseguiu fazer, substituir, comprar, fazer ... esta situação não lhe ficou bem, nem a resposta que deu. Concluindo, perguntou se já foi solicitado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a convocatória de uma Assembleia Municipal extraordinária, na sequência da deliberação tomada pelo Executivo quanto à constituição da Comissão Municipal do Ambiente.-----

**A Sra. Presidente** respondeu que já foi solicitado tendo até sido sugerida a sua realização na primeira quinzena de janeiro.-----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** disse que descaramento é o PSD fazer intervenções destas sobre esta matéria, porque, realmente, no início do mandato, a situação era tão má e tão vergonhosa, aquilo que deixaram em termos de recursos humanos e de equipamentos era tão pobre, tão pobre que, realmente, o Sr. Vereador João Tenreiro vir, com ar enfadado, dizer o



que disse é que é, efetivamente, ter descaramento. Quanto à questão que levantou das políticas eleitoralistas, referiu que a CDU elegeu um vereador para exercer funções de outubro de dois mil e treze até às próximas eleições; as condições para fazer o trabalho são as que são; reconhece que, quando não fez até agora, foi porque não foi capaz, mas, se for capaz, amanhã, depois de amanhã, ou daqui a um mês, se conseguir ir com as coisas para a frente vai; tanto lhe faz que as eleições sejam dali a quinze dias, ou no dia seguinte; os eleitos não deviam, nem devem, trabalhar para as eleições, pouco interessa a data das mesmas, o que interessa é estarem todos os dias disponíveis para cumprir aquilo que têm que cumprir, para trabalhar aquilo que têm que trabalhar em prol do concelho; se a oportunidade e a capacidade de intervir e resolver o problema surgir em julho, porque não foram capazes de fazer antes, foram maus e não o conseguiram; se o conseguirem naquele momento, é naquele momento que o irão fazer; não irão dizer que, como vai haver eleições daí a x meses não se fará nada e se ficará à espera de novas eleições; assume já claramente que não vai por aí. Disse que foi em fevereiro de dois mil e dezasseis que a CDU entrou para os SMAS e aí assumiu responsabilidades; é a partir daí que a CDU, e ele próprio, está a trabalhar seriamente, e com afinco, para melhorar a situação naqueles serviços porque não estava lá até então; quem estava no lugar que foi ocupar, até com esta área de responsabilidade, era o Sr. Vereador Rui Serrano. -----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** disse que, depois da segunda intervenção do Sr. Vereador João Tenreiro, tem que referir que percebe a forma inflamada como coloca a questão, agora que estão no último ano de mandato; percebe isso, mas é preciso desmistificar; uma coisa é chegar a uma instituição que está organizada, que está de boa saúde financeira e que tem um conjunto de outras condições, e apenas um ou dois problemas por resolver, o que permite que possam ir executando; claramente, não era essa a situação, nomeadamente em tudo aquilo que tem a ver com a questão da saúde financeira, que muito impossibilita muito daquilo que é possível fazer; sobre isso, é preciso lembrar, por exemplo, que, neste mandato, tudo aquilo que foi feito, de mal ou de bem, foi exclusivamente com dinheiros próprios do Município, à exceção da conclusão das obras da Levada (quando chegaram, estavam paradas e o Município em risco de ter que devolver seis milhões de euros; conseguiram renegociar, ainda no âmbito do antigo QREN, para a conclusão da obra); que foi a única obra onde houve dinheiro de fundos comunitários ou de entidades externas; tudo o resto que foi feito nos três anos deste mandato foi com dinheiros próprios, incluindo os cerca de oito milhões de euros de redução da dívida, mais um milhão de euros no Mercado, mais quilómetros de asfaltamento nas estradas,



mais o aumento do apoio social, etc... etc... A higiene e limpeza, onde há, e havia, problemas não era o único setor onde tal acontecia; houve um grande desinvestimento nos setores operacionais do Município (na proteção civil, nas obras municipais e na higiene e limpeza) e o papel dos gestores públicos e dos eleitos é criar opções; elas foram tomadas, dentro das possibilidades existentes, quer para algumas obras que referiu, quer para investimentos nestes setores; por exemplo, na proteção civil, foi dada claramente uma prioridade aos veículos que foram adquiridos (é preciso lembrar que todos estes veículos custam milhares de euros, por vezes centenas de milhares de euros); num primeiro momento, não foi possível dar como prioridade a aquisição de novos veículos para a higiene e limpeza, o que se está agora a concretizar, além de outras reorganizações, e muito bem. Referiu que devem criticar, sugerir e tentar melhorar, mas, enquanto gestores municipais eleitos, e titulares de cargos públicos, também devem ter um papel pedagógico; não estão à mesa do café a discutir o assunto, estão a ser ouvidos e devem ter outro papel; esta discussão se a cidade está suja ou está limpa, se está melhor ou se está pior, acontece em Tomar como acontece em Torres Novas, em Ourém, no Entroncamento e em todos os outros concelhos à nossa volta, para não ir mais longe, sempre com as mesmas características; alguns cidadãos a dizer que nunca viram a sua cidade assim (exatamente igual em todo o lado) e quem tem a responsabilidade a tentar desde logo passar a mensagem que a higiene e limpeza começa em cada um de nós (e é isso que também deve ser dito); não é possível haver um varredor ou um camião do lixo atrás de cada folha de árvore que cai ou atrás de cada papel que é deitado ao lixo, seja em Tomar, em Lisboa ou em Nova Iorque; não é possível acorrer a todas as situações e o civismo é, de facto, muito importante. Referiu que a estação de ecopontos nas traseiras dos Paços do Concelho é um daqueles casos, entre muitos outros na cidade, e fora dela, onde já viu e chamou a atenção a algumas pessoas que ali chegaram e nem sequer se preocuparam em abrir a tampa, deitando para o chão e para o lado do contentor; não quer dizer que, por vezes, não possa acontecer os contentores estarem cheios mas, muitas vezes, não é isso que se passa, as pessoas vêm carregadas, não se dão ao trabalho de abrir a tampa e depositam ao lado do caixote; noutras situações, também é visível que nem se dão ao trabalho de sair do carro; independentemente de terem que melhorar os serviços, há muitas situações de grande falta de civismo no nosso concelho, e nos outros; começa por eles, enquanto responsáveis pelo Município, também dar o alerta e chamar a atenção para o fato de a higiene e limpeza começar em cada um dos cidadãos, numa atitude de civismo. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que não quer contribuir para este peditório de



campanha eleitoral, a dez meses das autárquicas (se for para fazer isto, acha que a Sra. Presidente tem razão em passar as reuniões a quinzenais), e espera que não seja para continuar nestes tons. Quer deixar claro que, ao longo destes últimos mandatos, o Executivo, que é formalmente constituído por sete foi sempre de três ou de quatro, e são esses que têm responsabilidade, como se verifica no caso presente; também percebe o que diz o Sr. Vereador Bruno Graça, que é de fazer todos os dias, com os meios que tiver para fazer; se quiserem, poderá discutir-se porque é que, no mandato anterior, por exemplo, se começou a obra do Mercado sem projeto, e pagaram uma fatura enorme pelo faz, desfaz e volta a fazer (a instalação elétrica, ao que parece, teve onze, doze ou treze hipotéticos projetos); o PSD já foi penalizado nas últimas eleições pela desgraça que foram os últimos mandatos e a população cá estará para avaliar; têm que deixar de contribuir aqui para esta discussão porque ela não trouxe nada de novo. Referiu que que todos têm interesse em que as coisas sejam feitas e as situações sejam melhoradas, percebe perfeitamente como é que as coisas são, o estado em que as coisas estavam e o estado em que elas podem vir a ficar, independentemente de algumas situações, como já aqui falou em mandatos anteriores, poderem dar a entender que o momento em que vão aparecer seja campanha eleitoral (quem está no poder faz sempre isso). Disse que deve ser a Sra. Presidente a responsabilizar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pelo atraso das coisas em matéria de estacionamento e a solicitar-lhe que constitua a comissão do Plano Diretor Municipal, pois ainda não foi constituída e, depois, irão, à pressa, reunir os membros da Assembleia sem que estes tenham os elementos todos, como aconteceu com os vereadores. Referiu que ainda não tem cópia do regulamento do PDM, pese embora tivesse havido uma reunião preparatória com os vereadores e tenham aqui deliberado que o processo prosseguisse para a Comissão de Acompanhamento coordenada pela CCDD LVT; continuam no escuro a aprovar coisas nas quais não participaram, sem que saibam porquê, e os elementos que solicitam não lhes chegam, sem que, neste momento, exista qualquer razão plausível para que assim aconteça; se houver algum aditamento, interrogação ou ressalva das entidades que têm que intervir, os documentos terão que ser revistos; não acredita que vá haver alguma alteração em sede de discussão pública porque, face ao tempo que têm é um proforma; não vai adiantar nada os munícipes dizerem o que acham porque a proposta está feita e é para avançar; o que poderá alterar é o que as entidades da administração central dirão sobre o processo, até porque é uma realidade que o PDM é obrigatório e que estas entidades não querem aquilo que, muitas vezes, os eleitos querem para o seu concelho; nesse aspeto, a Câmara será a menos responsável porque as regras são tão apertadas que a



margem de manobra é muito escassa. Reiterou que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem que chamar os líderes para constituir a comissão municipal do ambiente e as comissões de acompanhamento do PDM e de análise do regulamento do estacionamento tarifado; apesar da época, acredita que os deputados estão disponíveis para reunir. -----

**A Sra. Presidente** disse que estas questões já foram colocadas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a quem sugeriu a convocação da Conferência de Líderes ainda no corrente ano e a marcação de uma sessão daquele órgão na primeira quinzena de janeiro. Referiu que, no caso do estacionamento, já reuniram com a ACITOFEBA e com a PSP e era bom que a comissão existisse para o assunto começar a ser trabalhado. -----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:** -----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia dezasseis de dezembro de dois mil e dezasseis, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e setenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos (3.410.275,86€) em Operações Orçamentais, e noventa e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove euros e noventa e três cêntimos (95.689,93€) em Operações Não Orçamentais. -----

**PROPOSTAS:**-----

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:** -----

**N.º 01 – REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL - PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: "Dispõe o n.º 1 do artigo 40.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal tem uma reunião ordinária semanal, ou quinzenal, se o julgar conveniente, e reuniões extraordinárias sempre que necessário. -----

Por deliberação tomada a 31 de outubro de 2013, a Câmara Municipal aprovou seu regimento e estabeleceu a periodicidade quinzenal das reuniões ordinárias deste órgão. -----

Na reunião de 10 de outubro de 2016, essa periodicidade foi alterada e as reuniões passaram a realizar-se semanalmente. -----

Considerando que a ordem do dia e os respetivos documentos devem ser entregues aos membros da Câmara Municipal com uma antecedência mínima de dois dias úteis e que os assuntos que qualquer vereador queira ver incluídos na ordem do dia das reuniões ordinárias têm que ser apresentados por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias úteis; -----



Considerando o trabalho administrativo inerente à realização de cada reunião; -----  
Considerando ainda que, objetivamente, da alteração à periodicidade das reuniões ordinárias aprovada no passado dia 10 de outubro não resulta melhoria na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações, melhor prestação de serviço público, maior eficácia ao exercício das competências deste órgão, nem ganhos de eficiência aos serviços municipais; ---  
Proponho a este órgão que, ao abrigo da alínea a) do artigo 39.º do regime jurídico das autarquias locais, delibere que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal têm periodicidade quinzenal, retomando a redação inicial do n.º 1 do artigo 1.º do regimento aprovado a 31 de outubro de 2013, revogando conseqüentemente a deliberação tomada a 10 de outubro do corrente ano.”-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e o voto contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

**N.º 02 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente para atribuição de subsídio ao Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Tomar, montante de 6.900,00€ (seis mil e novecentos euros), para apoio às suas atividades estatutárias. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 5946/2016, nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

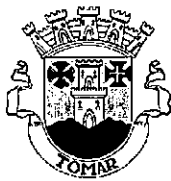
Esta deliberação foi tomada por quatro a favor e três votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: “Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----



2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----

3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram? -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques requereu** o fornecimento das contas e dos relatórios de atividades do Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Tomar, para poder verificar onde é aplicado todo o dinheiro que mensalmente é atribuído à referida associação, quais são os programas e atividades que o justifiquem, bem como a análise que os serviços fazem dos referidos documentos. -----

**Os Srs. Vereadores do PSD requereram** que, na próxima reunião, dentro do prazo legal, seja dada resposta às questões que, há dois anos, têm colocado nas declarações de voto que justificam a sua decisão quanto à atribuição dos subsídios ao Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Tomar, nomeadamente: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----

2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----

3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram.-----

### **N.º 03 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente para atribuição de um subsídio à Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar, no montante de 5.100,00€ (cinco mil e cem euros), para apoio às suas atividades estatutárias. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 5947/2016, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----



1. Para que efeitos são os subsídios?-----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques requereu** o fornecimento das contas e dos relatórios de atividades da Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar, para poder verificar onde é aplicado todo o dinheiro que mensalmente é atribuído à referida associação, quais são os programas e atividades que o justifiquem, bem como a análise que os serviços fazem dos referidos documentos. -----

**Os Srs. Vereadores do PSD requereram** que, na próxima reunião, dentro do prazo legal, seja dada resposta às questões que, há dois anos, têm colocado nas declarações de voto que justificam a sua decisão quanto à atribuição dos subsídios à Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar, nomeadamente: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram.-----

**PROPOSTAS DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:** -----

**N.º 04 – CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO MUNICIPAL (ANTERIORMENTE DESIGNADO POR ESCOLA DE ENSINO BÁSICO DO CARRIL) A ESPAÇO 0 – ARTES COMUNICANTES ASSOCIAÇÃO DE CULTURA**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à cedência de edifício municipal, anteriormente designado Escola de Ensino Básico do Carril, a Espaço 0 – Artes Comunicantes Associação de Cultura, para desenvolvimento das atividades inerentes à associação.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida cedência, nos termos constantes da minuta de contrato de comodato apresentada, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

A requerimento dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, reproduz-se a recomendação apresentada pelos Vereadores do PSD, na reunião de 12 de maio de 2014, sobre Promoção e Apoio ao Associativismo Local – Programa Municipal de Apoio ao Movimento Associativo: -----





“Considerando que:-----

1. Que existem várias centenas de associações e coletividades em atividade no concelho de Tomar, envolvendo nos seus órgãos sociais igualmente várias centenas de pessoas, que promovem atividades recreativas, desportivas e culturais, para além de serviços cívicos e sociais, que envolvem milhares de tomarenses;-----
2. O movimento associativo é um elemento essencial para a preservação da coesão social, de dinamização da cidade e do concelho, de defesa dos direitos e de reforço dos laços de solidariedade no sentido de dar resposta a necessidades concretas, sobretudo num contexto nacional de agravamento da situação económica e social, a que acresce a nível local a problemática do despovoamento e envelhecimento da sua população; -----
3. A Câmara Municipal do Tomar tem o dever de estimular, incentivar e acarinhar o trabalho generoso e desinteressado dos tomarenses, envolvidos nas atividades do Movimento Associativo; -----
4. O movimento associativo atravessa um momento particularmente difícil, devido à redução do número de associados e conseqüente valor da quotização, para além de muitas associações e coletividades se verem forçadas a reduzir a sua atividade ou verem-na mesmo paralisada, por dificuldades ao nível da manutenção de instalações ou de não terem instalações adequadas para prossecução das suas atividades; -----
5. Muitos dos anseios, partilhados por muitos dirigentes associativos, alguns até em reunião da Câmara Municipal, denunciam a falta de apoio e desvalorização por parte do município, das atividades que desempenham; -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata apresentam a seguinte recomendação:---

1. Que se instrua os serviços para fazer um levantamento exaustivo da atual situação das associações e coletividades existentes no concelho de Tomar, de forma a ajustar as políticas públicas necessárias de apoio ao associativismo;-----
2. Que se estabeleça um pelouro com a responsabilidade do movimento associativo, que seja parte constitutiva de uma estratégia de apoio às associações e coletividades, estabelecendo-se uma autêntica a “via verde” do associativismo, ou seja, um local específico para onde tais dirigentes se saibam onde se possam deslocar e informar sobre apoios e incentivos; -----
3. Que se crie um Programa Municipal de Apoio ao Movimento Associativo, cuja denominação se passe a designar “Tomar Associativo”, com o objetivo de promover, organizar e instruir as atividades a que as associações e coletividades se possam candidatar por um serviço que prestam a comunidade local onde se inserem; -----



4. Que se avalie a possibilidade de utilização de edifícios propriedade do município para suprir necessidades quanto à falta de instalações ou de instalações adequadas para o exercício cabal das suas atividades, por parte de associações e coletividades.”. -----

**N.º 05 – CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO MUNICIPAL (ANTERIORMENTE DESIGNADO POR ESCOLA DE ENSINO BÁSICO DAS CABEÇAS) À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ACADÉMICA DE CABEÇAS** -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à cedência de edifício municipal, anteriormente designado Escola de Ensino Básico das Cabeças, à Associação Recreativa e Académica de Cabeças, para desenvolvimento das atividades inerentes à associação. -----

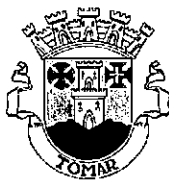
**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida cedência, nos termos constantes da minuta de contrato de comodato apresentada, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

A requerimento dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, reproduz-se a recomendação apresentada pelos Vereadores do PSD, na reunião de 12 de maio de 2014, sobre Promoção e Apoio ao Associativismo Local – Programa Municipal de Apoio ao Movimento Associativo: -----

“Considerando que: -----

1. Que existem várias centenas de associações e coletividades em atividade no concelho de Tomar, envolvendo nos seus órgãos sociais igualmente várias centenas de pessoas, que promovem atividades recreativas, desportivas e culturais, para além de serviços cívicos e sociais, que envolvem milhares de tomarenses; -----
2. O movimento associativo é um elemento essencial para a preservação da coesão social, de dinamização da cidade e do concelho, de defesa dos direitos e de reforço dos laços de solidariedade no sentido de dar resposta a necessidades concretas, sobretudo num contexto nacional de agravamento da situação económica e social, a que acresce a nível local a problemática do despovoamento e envelhecimento da sua população; -----
3. A Câmara Municipal do Tomar tem o dever de estimular, incentivar e acarinhar o trabalho generoso e desinteressado dos tomarenses, envolvidos nas atividades do Movimento Associativo; -----
4. O movimento associativo atravessa um momento particularmente difícil, devido à redução do número de associados e conseqüente valor da quotização, para além de muitas associações



e coletividades se verem forçadas a reduzir a sua atividade ou verem-na mesmo paralisada, por dificuldades ao nível da manutenção de instalações ou de não terem instalações adequadas para prossecução das suas atividades; -----

5. Muitos dos anseios, partilhados por muitos dirigentes associativos, alguns até em reunião da Câmara Municipal, denunciam a falta de apoio e desvalorização por parte do município, das atividades que desempenham; -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata apresentam a seguinte recomendação:---

1. Que se instrua os serviços para fazer um levantamento exaustivo da atual situação das associações e coletividades existentes no concelho de Tomar, de forma a ajustar as políticas públicas necessárias de apoio ao associativismo;-----

2. Que se estabeleça um pelouro com a responsabilidade do movimento associativo, que seja parte constitutiva de uma estratégia de apoio às associações e coletividades, estabelecendo-se uma autêntica a "via verde" do associativismo, ou seja, um local específico para onde tais dirigentes se saibam onde se possam deslocar e informar sobre apoios e incentivos; -----

3. Que se crie um Programa Municipal de Apoio ao Movimento Associativo, cuja denominação se passe a designar "Tomar Associativo", com o objetivo de promover, organizar e instruir as atividades a que as associações e coletividades se possam candidatar por um serviço que prestam a comunidade local onde se inserem; -----

4. Que se avalie a possibilidade de utilização de edifícios propriedade do município para suprir necessidades quanto à falta de instalações ou de instalações adequadas para o exercício cabal das suas atividades, por parte de associações e coletividades." -----

**N.º 06 – CEDÊNCIA DA CAVE DO PRÉDIO SITO NA RUA GARCIA DA MATA, LOTE 22, À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL TEMPLÁRIOS DE TOMAR**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à cedência da cave do prédio sito na Rua Garcia da Mata, lote 22, à Associação Cultural e Educativa de Solidariedade Social Templários de Tomar, para desenvolvimento das atividades inerentes à associação. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida cedência, nos termos constantes da minuta de contrato de comodato apresentada, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do PSD abstêm-se neste ponto



em concreto uma vez que das justificações dadas pelo Sr. Vice-Presidente, responsável pelo pelouro, não encontramos quaisquer critérios que justifiquem a cedência deste espaço a esta associação tendo em conta os vários pedidos efetuados pelas outras associações, ou seja não sabemos, e estamos na dúvida, porque motivo foi escolhida a Associação Cultural e Educativa de Solidariedade Social Templários de Tomar e não outras, conforme os vários pedidos que chegaram à Câmara Municipal de Tomar. -----

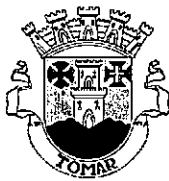
Depois, também não encontramos por parte desta governação a adoção da nossa recomendação, apresentada a 12 de maio de 2014, onde sugerimos que fosse avaliada a possibilidade de utilização de edifícios propriedade do Município para suprir necessidades quanto à falta de instalações ou de instalações adequadas para o exercício cabal das atividades das associações e coletividades. -----

Não podemos aceitar a ausência de critérios na cedência de espaços e, por isso, a razão da nossa abstenção.”-----

A requerimento dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, reproduz-se a recomendação apresentada pelos Vereadores do PSD, na reunião de 12 de maio de 2014, sobre Promoção e Apoio ao Associativismo Local – Programa Municipal de Apoio ao Movimento Associativo: -----

“Considerando que:-----

1. Que existem várias centenas de associações e coletividades em atividade no concelho de Tomar, envolvendo nos seus órgãos sociais igualmente várias centenas de pessoas, que promovem atividades recreativas, desportivas e culturais, para além de serviços cívicos e sociais, que envolvem milhares de tomarenses;-----
2. O movimento associativo é um elemento essencial para a preservação da coesão social, de dinamização da cidade e do concelho, de defesa dos direitos e de reforço dos laços de solidariedade no sentido de dar resposta a necessidades concretas, sobretudo num contexto nacional de agravamento da situação económica e social, a que acresce a nível local a problemática do despovoamento e envelhecimento da sua população; -----
3. A Câmara Municipal do Tomar tem o dever de estimular, incentivar e acarinhar o trabalho generoso e desinteressado dos tomarenses, envolvidos nas atividades do Movimento Associativo; -----
4. O movimento associativo atravessa um momento particularmente difícil, devido à redução do número de associados e conseqüente valor da quotização, para além de muitas associações e coletividades se verem forçadas a reduzir a sua atividade ou verem-na mesmo paralisada,



por dificuldades ao nível da manutenção de instalações ou de não terem instalações adequadas para prossecução das suas atividades; -----

5. Muitos dos anseios, partilhados por muitos dirigentes associativos, alguns até em reunião da Câmara Municipal, denunciam a falta de apoio e desvalorização por parte do município, das atividades que desempenham; -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata apresentam a seguinte recomendação:---

1. Que se instrua os serviços para fazer um levantamento exaustivo da atual situação das associações e coletividades existentes no concelho de Tomar, de forma a ajustar as políticas públicas necessárias de apoio ao associativismo;-----

2. Que se estabeleça um pelouro com a responsabilidade do movimento associativo, que seja parte constitutiva de uma estratégia de apoio às associações e coletividades, estabelecendo-se uma autêntica a "via verde" do associativismo, ou seja, um local específico para onde tais dirigentes se saibam onde se possam deslocar e informar sobre apoios e incentivos; -----

3. Que se crie um Programa Municipal de Apoio ao Movimento Associativo, cuja denominação se passe a designar "Tomar Associativo", com o objetivo de promover, organizar e instruir as atividades a que as associações e coletividades se possam candidatar por um serviço que prestam a comunidade local onde se inserem; -----

4. Que se avalie a possibilidade de utilização de edifícios propriedade do município para suprir necessidades quanto à falta de instalações ou de instalações adequadas para o exercício cabal das suas atividades, por parte de associações e coletividades." -----

#### **N.º 07 – NORMAS DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO** -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal as normas de atribuição de apoios ao associativismo.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar as normas de atribuição de apoios ao associativismo, nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, Pedro Alexandre Ramos Marques e Bruno Vitor Domingos Graça.-----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do PSD abstêm-se neste ponto da votação. Consideram que as normas são desajustadas além de que, no artigo 4.º se prevê um gabinete de apoio ao associativismo que, na prática, não existe na Câmara Municipal de Tomar.-----



Os Vereadores do PSD apresentaram, em 11 de abril de 2016, uma proposta onde pretendiam que se formalizasse na estrutura orgânica do Município este próprio gabinete de apoio ao associativismo.-----

Na altura, dissemos que, no âmbito da estrutura do Município de Tomar encontramos vários serviços que se relacionam com o movimento associativo, contudo nenhum dos serviços existentes tem em específico funções de acompanhamento, aconselhamento e auxílio no âmbito do tratamento dos processos de maior complexidade técnica, e que, para além disso, estes serviços funcionam apenas em horário laboral o que, para os dirigentes associativos constitui um entrave dado que, maioritariamente, se trata de pessoas que estão no ativo. ----- Neste sentido, propusemos uma proposta arrojada que foi chumbada pela maioria PS/CDU. --- Vemos com estas normas uma criação semântica deste próprio gabinete que, na prática, não existe. -----

Desta forma, a nossa abstenção.”. -----

**INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016**-----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados no corrente mês de dezembro, pela Sra. Presidente, ao abrigo da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas w), y) e tt) do n.º 1 do referido artigo 33.º; e pela Sra. Vereadora Sara Costa, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**EQUIPA DE PROJETO TOMARHABITA:**-----

**N.º 09 – ECOVIA DE LIGAÇÃO ARRASCADA-PEDREIRA – PROJETO DE EXECUÇÃO**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 179/2016 da Equipa de Projeto TomarHabita, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, o projeto de execução denominado alterações ao projeto da ecovia de ligação Arrascada-Pedreira - orçamento participativo 2015, apresentado pelo projetista Pompílio Souto, Lda, no seguimento da deliberação tomada a 18 de julho, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o supracitado projeto de execução, para realização da obra que concretizará a proposta vencedora do orçamento participativo de 2015, com o valor estimado de 144.554,86€ (cento e quarenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e seis cêntimos),



acrescido do IVA à taxa legal, com prazo de execução de 210 dias, conforme proposto no ponto 1 da referida informação, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:**-----

**N.º 10 – AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE BETÃO BETUMINOSO A FRIO – Revisão de preços**

Foi presente a informação n.º 7062/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o cálculo da revisão de preços, com carácter definitivo, relativo à aquisição contínua de betão betuminoso a frio, adjudicada a Lena Agregados – Comércio de Agregados, SA, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o cálculo da revisão de preços relativo à referida aquisição, no valor de 986,70€ (novecentos e oitenta e seis euros e setenta cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal, a favor do Município. -- Mais deliberou solicitar à empresa Lena Agregados – Comércio de Agregados, SA a emissão de nota de crédito no valor de 227,90€ (duzentos e vinte sete euros e noventa cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal, nos termos da referida informação, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----

**N.º 11 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 507/DIVER/DGT/2016 referente ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Olheiros, inscrito na matriz sob o artigo n.º 221, secção E, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, de que é titular Josefina Ribeiro Martins-Cabeça de Casal da Herança de, para efeitos de venda a Pedro Miguel Ferreira Mourão cartaxo e Ana Cristina dos Santos Lousadas, com informações n.ºs 11548/2016 e 11550/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio conforme requerido, desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob artigo n.º 221, secção E, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 12 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade**-----

Foi presente o processo n.º 150/2002, relativo a construção de habitação no Alto da Venda



Nova, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, em que é requerente Clementina da Silva Fernandes Arsénio, com as informações n.ºs 9995/2016 e 10351/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do alvará de licença de obras de construção de habitação n.º 387/2002, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade do alvará de licença de obras de construção de habitação n.º 387/2002, ao abrigo da alínea d) do n.º 3 e n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis.-----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.-----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----

**N.º 13 - APOIO DOS BOMBEIROS A EVENTO DESPORTIVO – Sociedade Filarmónica Gualdim Pais** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1762/2016 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela assistência dos Bombeiros ao Torneio de Trampolins dos Templários, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2016, no valor de 652,40€ (seiscentos e cinquenta e dois euros e quarenta cêntimos), conforme solicitado pela Sociedade Filarmónica Gualdim Pais.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais do pagamento devido pela assistência prestada ao evento pelos Bombeiros Municipais. -----

O Sr. Vereador Bruno Vitor Domingos Graça não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 14 – PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO LIVRO “TEXTOS LAMPANTES”** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1674/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a fixação em 8,00€ (oito euros), com IVA incluído à taxa legal, do preço de venda ao público do livro Textos Lampantes, de António Sousa, por ocasião da evocação dos 110 anos do aniversário de Fernando Lopes-Graça, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou fixar em 8,00€





(oito euros) o preço de venda da supracitada publicação, conforme proposto na referida informação, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 15 – PREÇO DO BILHETE DE INGRESSO NO ESPETÁCULO FILHO DA TRETA -----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1673/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo o preço do bilhete de ingresso para o espetáculo Filho da Treta, com José Pedro Gomes, a realizar no Cineteatro Paraíso, no dia 2 de junho de 2017, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou fixar em 10,00€ (dez euros) o preço do bilhete de ingresso, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 16 – PREÇO DO BILHETE DE INGRESSO NO ESPETÁCULO DO GRUPO ALMA DE COIMBRA-----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1660/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo o preço do bilhete de ingresso para o espetáculo do Grupo Alma de Coimbra, a realizar no Cineteatro Paraíso, no dia 27 de janeiro de 2017, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou fixar em 8,00€ (oito euros) o preço do bilhete de ingresso, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----**

**N.º 17 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO NO ANO LETIVO 2016/2017 NO ÂMBITO DE PROJETOS MUNICIPAIS DIRIGIDOS AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO E À UNIVERSIDADE SÉNIOR -----**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1391/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a calendarização prevista para o autocarro do município, no ano letivo 2016/2017, no âmbito de projetos municipais dirigidos aos estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Tomar e à Universidade Sénior.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a calendarização prevista, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----**



### **N.º 18 - UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS MUNICIPAIS PARA TREINOS DE ATLETA EM REGIME DE ALTO RENDIMENTO -----**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1380/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização de infraestruturas desportivas municipais, para treinos do atleta Manuel Filipe Redalo Cotralha Dias, inscrito no registo de agentes desportivos em regime de alto rendimento, conforme solicitado pelo respetivo encarregado de educação, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o atleta Manuel Filipe Redalo Cotralha Dias, do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

### **N.º 19 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – jogos oficiais de hóquei em patins -----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 6997/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de dois cartões para acesso gratuito ao parque de estacionamento do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, para utilização exclusiva por equipas de arbitragem e observadores da Federação Portuguesa de Patinagem, no âmbito de jogos e competições oficiais de hóquei em patins, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou conceder a isenção de pagamento das tarifas devidas pela utilização de dois cartões de acesso ao parque de estacionamento do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, para utilização exclusiva por equipas de arbitragem e observadores da Federação Portuguesa de Patinagem, no âmbito de jogos e competições oficiais de hóquei em patins, mediante controlo a efetuar pelo segurança do parque, nos termos propostos na informação, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

### **N.º 20 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM 2017 -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 1424/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, apresentando a descrição das propostas apresentadas no âmbito do Orçamento Participativo Jovem 2017 e respetiva análise. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

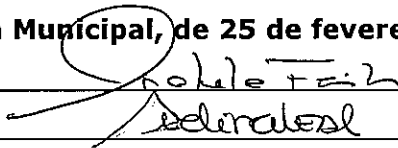
**EXPEDIENTE:** -----**N.º 21 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO--**

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 28 de novembro de 2016, sobre o consumo de água daqueles serviços, em outubro do corrente ano, relativo aos contratos de fornecimento e concessão com a EPAL e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e trinta e nove minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.**---

  
Avelina Maria Lopes Leal